

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

22) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas com estrutura/administrativas.....	(16.145)	(16.243)
Despesas com pessoal - ordenados e salários.....	(7.870)	(8.324)
Despesas com pessoal - outras remunerações.....	(6.169)	(2.931)
Despesas com pessoal - benefícios.....	(5.294)	(5.525)
Despesas com pessoal - encargos sociais.....	(4.448)	(4.519)
Despesas com serviços tomados de terceiros.....	(4.285)	(6.289)
Despesas com pessoal - outros.....	(370)	(454)
Despesas com deslocamento.....	(255)	(394)
Total.....	(44.836)	(44.679)

23) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2017	2016
Resultado na venda de ativo intangível.....	(1.202)	231
Outras.....	549	(69)
Total.....	(653)	162

24) RECEITAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Rendimento de aplicação financeira.....	9.465	12.855
Variação cambial ativa.....	4.179	2.518
Outras.....	1.149	744
Total.....	14.793	16.117

25) DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Variação cambial passiva.....	(3.621)	(3.777)
IOF.....	(365)	(427)
Outras.....	(23)	(15)
Total.....	(3.999)	(4.219)

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Empresa não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
- b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia processos com riscos fiscais, civis avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.
- c) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.
- d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017:
 - a) No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da empresa.
 - b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
 - CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.
 - O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da empresa não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48.
 - A Empresa acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) não terão reflexo para os ativos avaliados no modelo do CPC 48.
 - De acordo com a análise realizada pela Empresa, os impactos estimados em relação à adoção do CPC 48, relacionados aos investimentos diretos/indiretos, representará, segundo melhores estimativas, uma redução de aproximadamente 1,4% do patrimônio líquido.
 - CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Empresa não terão impactos.

A Diretoria

Humberto Lucas Pereira da Cruz - Contador - CRC 1SP325329/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Scopus Soluções em TI Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Scopus Soluções em TI Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scopus Soluções em TI Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

CELTA HOLDINGS S.A.	4
SCOPUS INDUSTRIAL S.A.	6
SCOPUS SOLUÇÕES EM TI S.A.	8
TITANIUM HOLDINGS S.A.	2

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

- COMPRAR**
UM CERTIFICADO
- RENOVAR**
MEU CERTIFICADO
- TENHO**
UM VOUCHER
- CLIENTES**
DE GOVERNO
- INSTALAR**
MEU CERTIFICADO
- SUPORTE**
TÉCNICO

Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



